



Comunidades Quilombolas na Bacia Hidrográfica do Rio Guaporé: Uma Revisão Bibliográfica¹

Quilombola Communities in the Guaporé River Water Basin: A Bibliographical Review

Vinícios José Dias²

<http://orcid.org/0009-0006-2284-1523>

Nara Luisa Reis de Andrade³

<http://orcid.org/0000-0001-8602-6161>

José das Dores de Sá Rocha⁴

<https://orcid.org/0000-0002-4308-9311>

Resumo: O processo de colonização do território que hoje é o Estado de Rondônia, propalada pelo regime militar, não levou em conta as necessidades das populações tradicionais, que mantêm, ainda hoje, um modo de vida que resiste intimamente ligado ao tempo do meio em que está inserido. E, no caso das Comunidades quilombolas, em que pese o avanço das pastagens, da agricultura de escala, do turismo e demais atividades econômicas, as sete comunidades existentes no Estado, todas na Bacia do Rio Guaporé, tais comunidades resistem. A maioria dos conflitos decorrem da disputa espacial entre um modo de vida tradicional e a economia capitalista, contribuindo para tal, o preconceito de que essas comunidades representam um “atraso” que a sociedade “moderna” não pode admitir, pois seriam um grande entrave para o desenvolvimento da economia capitalista ligada ao agronegócio na região. Mediante revisão bibliográfica, o presente artigo objetiva identificar as referidas comunidades quilombolas, sua ligação com o meio e os conflitos em que estão inseridas.

Palavras-Chave: Comunidades Quilombolas; Rio Guaporé; Modo de vida.

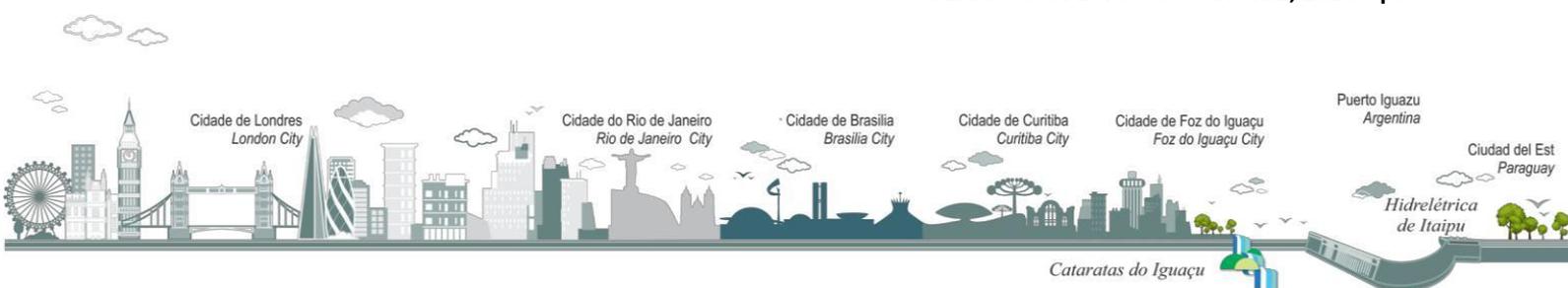
Abstract: The process of colonization of the territory that is now the State of Rondônia, promoted by the military regime, did not take into account the needs of traditional populations, who still maintain a way of life today that remains intimately connected to the surrounding environment. And, in the case of Quilombola Communities, despite the advancement of pastures, temporary crops, tourism and other economic activities, the seven existing communities in the State, all in the Guaporé River Basin, such communities remain. Most conflicts arise from the spatial dispute between a traditional way of life and

¹ Trabalho aprovado por pares e apresentado no **V Workshop da Rede Internacional de Pesquisa Resiliência Climática - RIPERC**, Modalidade Oral, realizado nos dias 10 a 13 de dezembro de 2023. Uniãoeste, Marechal Cândido Rondon, Paraná

² Vinícios José Dias. Mestrando em Rede Nacional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos – Universidade Federal de Rondônia/UNIR, Campus de Ji-Paraná-RO. Regulação e Governança de Recursos Hídricos. E-mail: viniverso@gmail.com

³Nara Luísa Reis de Andrade. Docente do Mestrado em Rede Nacional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos – Universidade Federal de Rondônia/UNIR, Campus de Ji-Paraná-RO. E-mail: naraluisar@unir.br

⁴ José das Dores de Sá Rocha. Docente do Mestrado em Rede Nacional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos – Universidade Federal de Rondônia/UNIR, Campus de Ji-Paraná-RO. E-mail: josedesa@unir.br





capitalist economy, further fueled by the prejudice that these communities represent a "backwardness" that "modern" society cannot tolerate. They are seen as a significant obstacle to the development of the capitalist economy linked to agribusiness in the region. Through a bibliographical review, this article aims to identify the aforementioned quilombola communities, their connection with the environment and the conflicts in which they are inserted.

Keywords: Quilombola Communities; Guaporé River; Way of life.

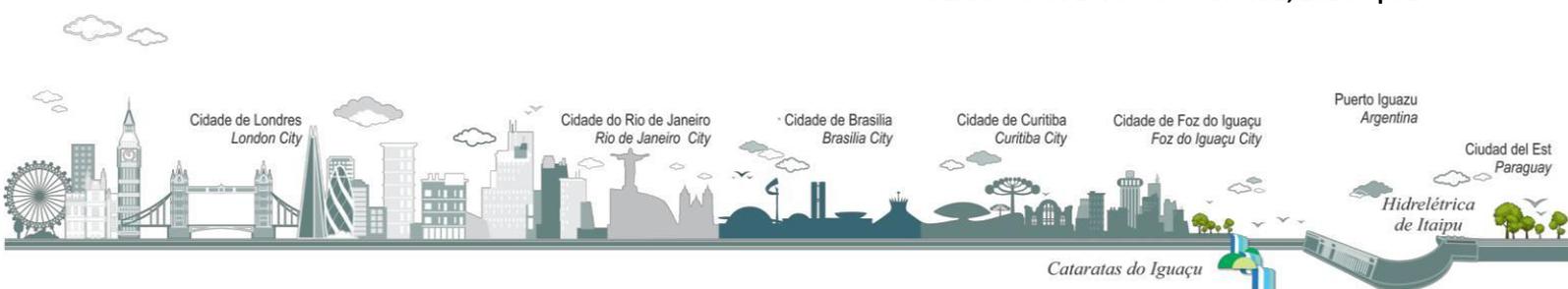
INTRODUÇÃO

A colonização do Estado de Rondônia se deu de maneira mais incisiva a partir dos anos 1970, através de inúmeros projetos de colonização (Dias, 2015). A partir desta década, o território do Estado de Rondônia passou por inúmeras alterações, devido as atividades que se desenvolveram desde então, de forma a afetar a cobertura do solo e criando uma série de consequências para o meio, comprometendo inclusive as bacias hidrográficas. Em meio a este cenário comum à todas as bacias hidrográficas, a Bacia do Rio Guaporé se destaca como uma das mais afetadas pela mudança da paisagem e o uso do solo e suas consequências, nos últimos anos, devido ao desmatamento que aumenta espaços da agricultura moderna e da pecuária.

O Rio Guaporé nasce nas proximidades da Serra dos Parecis, no Estado do Mato Grosso, a 630 metros de altitude, percorre 1749km até sua foz, no Rio Mamoré, sendo que a maior parte desta extensão é navegável, sendo a fronteira entre Brasil e Bolívia ao percorrer o Estado de Rondônia em sua margem direita desde o extremo sul do estado até o extremo oeste (ANA, 2023).

Essa bacia hidrográfica tem sido modificada direta e indiretamente por atividades antrópicas, tais com intenso desflorestamento, principalmente nas margens de muitos cursos hídricos, convertendo o solo para áreas de pastagem e, mais recentemente, novas reconversões para o uso em lavouras temporárias. Além das atividades que realizam a conversão do uso do solo, destacam-se as ligadas ao turismo, pesca predatória, captação de água para irrigação de culturas diversas, enorme utilização de água subterrânea, entre outras (Teixeira, 2008; Santos e Almeida, 2009; Pellegrini, 2013; Moura *et al.*, 2017; Cota *et al.* 2021; Souza, 2018).

Muitas comunidades tradicionais habitam a bacia hidrográfica do Guaporé, e atividades irregulares podem ameaçar a sobrevivência desses povos e de seus modos de vida devido ao avanço das pastagens, das culturas agrícolas temporárias, principalmente a





soja e da indústria de turismo, que colocam o meio ambiente na defensiva e a desarticulação dos sistemas naturais podem afetar os meios de vida dessas populações.

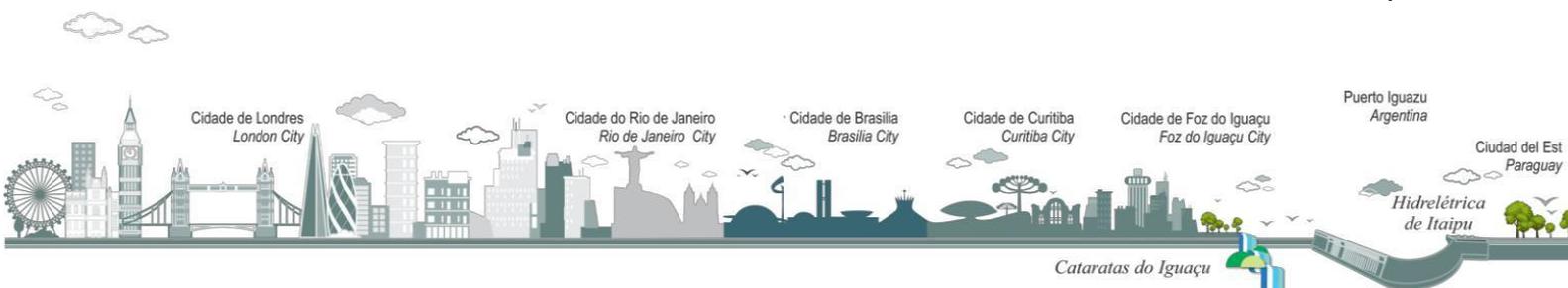
Neste trabalho o objetivo é identificar, à luz da bibliografia, as comunidades quilombolas existentes na bacia do Rio Guaporé, sua ligação com meio, sobretudo com o rio; a forma com que a colonização oficial da região afetou seu modo de vida; e os conflitos daí decorrentes, principalmente com representantes do agronegócio.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Vale do Guaporé, desde pelo menos o século XVIII é ocupado por inúmeras comunidades tradicionais: Várias tribos indígenas e comunidades quilombolas. Pesa sobre essas comunidades o fato de que, não raro, sofrem preconceito das vertentes da sociedade com que travam contato em razão da mudança de uso e cobertura do solo devido ao avanço do agronegócio. Para boa parte dessa população, povos tradicionais são sinônimos de atraso, de ineficiência produtiva, desleixo no trato da terra ou outras impressões. Sobre isso, Cruz, nos lembra que "(...) o tradicional não significa o atraso, não se restringe à ideia de tradição e passado; tem um sentido político-organizativo e apresenta-se como alternativa ao modo de produção e ao modo de vida capitalistas" (Cruz *apud* Souza, p.1, 2022).

As comunidades tradicionais do Vale do Guaporé serviram, no início do processo de colonização, como sendo importantes para segurança da fronteira. Mas na ótica dos programas desenvolvimentistas atuais são encaradas como um empecilho ao progresso da região, ficando divididas entre o mundo natural e o mundo urbano-capitalista, que promete uma vida próspera, "A ocupação humana da Amazônia já foi esgotada. Agora é preciso retirar o empecilho humano da floresta, para dar lugar ao gado, a soja, a usina e estradas, rodovias e hidrovias a fim de executar a circulação e escoamento dos produtos" (Santos *et al.*, 2009, p. 2).

A visão equivocada por parte dos setores capitalistas da produção agropecuária, por vezes, é utilizada para justificar conflitos com essas comunidades. Na ótica dessas comunidades o espaço vivido, o espaço territorial ocupado desde décadas ou mesmo séculos, o ambiente é muito mais que um meio de produção, mas o sustentáculo de seu modo de vida, que ordena toda uma rede de significados e significantes ligados ao território, valorando-o





através do acúmulo de experiências da comunidade (Souza, 2022). Isto se dá através de quatro características dessas comunidades, conforme Cruz (*apud* Souza, 2022, p. 2-3):

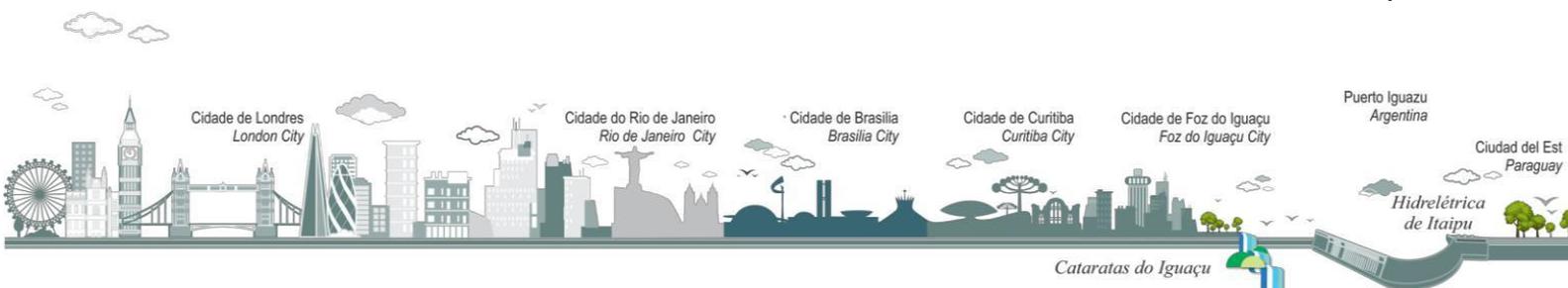
A relação com a natureza: seus modos de vida estão intimamente ligados aos ciclos naturais, além de possuírem grande conhecimento sobre os ecossistemas, influenciando ou determinando as diversas técnicas de produção e utilização dos recursos naturais; A relação com o território e a territorialidade: A longa história da comunidade naquele lugar faz com que a mesma expresse um sentimento de pertencimento, relacionando memória individual e coletiva, identidade e cultura comunitária; A racionalidade econômico-produtiva: A principal unidade produtiva é a família ou a comunidade, que domina todo o processo de produção, através de reduzida divisão técnica e social do trabalho; As inter-relações com os outros grupos da região e auto identificação: As relações dessas comunidades com outros grupos podem ser de ordem cooperativa ou conflitiva, mas é através delas, de maneira contrastiva e relacional, que a comunidade constrói sua identidade ao se diferenciar das demais.

Cada uma das categorias de comunidades vai enxergar o meio ambiente com vieses diferentes. Um seringueiro, por exemplo, enxerga na floresta virgem o bem necessário à sua sobrevivência, da mesma forma, um colono sulista poderia enxergar a floresta como simples mato, valorizando a terra “limpa” (Santos et al., 2009, p.3).

Essa ótica também se aplica ao rio por ser o principal meio de vida, conforme Silva:

O rio é o elemento fundante das espacialidades na vida ribeirinha. Ele é fonte de sobrevivência. O rio é o espaço socializado e socializante. O lugar de todos e para todos. Dele os ribeirinhos retiram o principal alimento. As pessoas moradoras das comunidades ribeirinha: homens, mulheres, jovens, idosos, crianças praticam a atividade da pesca. A plantação (roçado) e criação de animais são atividades econômicas secundárias. O pescado pode ser comercializado ou utilizado na troca direta de mercadorias de primeira necessidade (Silva, 2012, p. 139).

Além disso, pelo rio o isolamento das comunidades é rompido ou amenizado, as mercadorias chegam à comunidade, os produtos da comunidade são levados às cidades. Enfim, é a principal fonte socializadora da comunidade que promove, através dele, encontros, uniões e separações (Silva, 2012). O rio confere às populações tradicionais, indígenas, seringueiros e ribeirinhos, um senso de territorialidade e sentimento de pertencimento ao local em que vivem e permite a construção de uma identidade comum (Rondônia, 2019).





Os rios na Amazônia constituem uma realidade labiríntica e assumem uma importância fisiográfica e humanas excepcionais. O rio é o fator dominante, confere um ethos e um ritmo à vida da região. Dele depende a vida e a morte, a fertilidade e a carência, a formação e destruição da terra, a inundação e a seca, a circulação humana e de bens simbólicos, a política e a economia, o comércio e a sociabilidade. O rio está em tudo. (Loureiro *apud* Silva, 2012, p. 141).

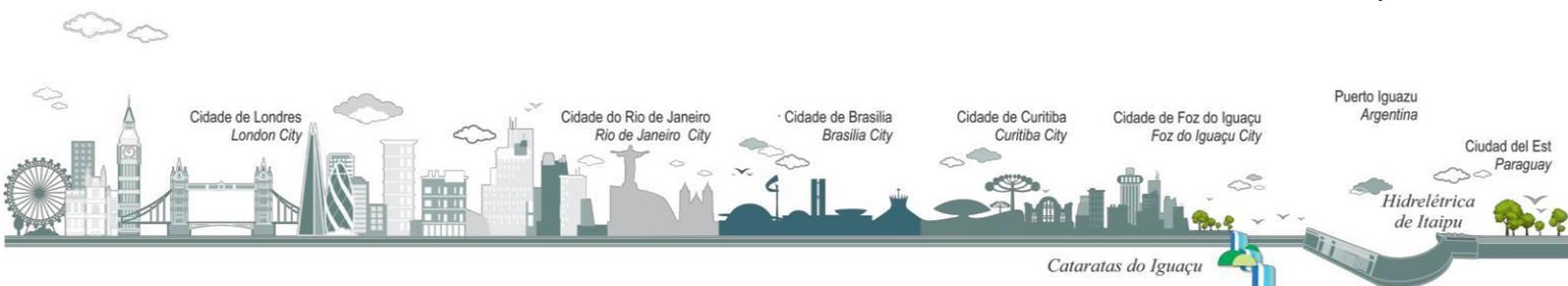
Historicamente, os rios foram canais de comunicação, integração e comércio para populações que até poucas décadas atrás eram praticamente isoladas, servindo, para usos similares, para populações que ocuparam essas regiões mais recentemente (Rondônia, 2019).

Os rios são o espaço do trabalho, do lazer, da religiosidade. No rio Guaporé, após a pesca ou do transporte da farinha e demais produtos para a cidade, o rio é o lugar das brincadeiras, recreação e socialização, com a necessária reunião da comunidade ao que se segue cantigas, conversas, etc. Em determinadas épocas do ano, como na festa do Divino, evento secular, que ocorre todos os anos, geralmente no mês de março, unificando grande parte das populações ribeirinhas do Rio Guaporé nessas atividades.

Evidentemente, a terra ainda desempenha uma função que não pode ser de todo negligenciada, sobretudo numa sociedade de base primária. Mas é importante notar que a relação dessas comunidades com a terra não se dá pela via da dominação, mas da apropriação, pela capacidade da comunidade de fazer a terra produzir, enfim (Silva, 2012).

Os próprios ciclos naturais, com destaque para o hidrológico, sobretudo com as enchentes e as vazantes, afetam o ciclo de vida dessas comunidades. O tempo da cheia e o tempo da seca impõe condições diferentes para as atividades. Pode haver transtornos se ocorrerem cheias, afetando moradias, criações e plantações; na seca, o volume dos igarapés tributários diminui consideravelmente, deixando a mostra os bancos de areia, por vezes, dificultando inclusive a passagem de barcos.

A formação dessas comunidades quilombolas do Vale do Guaporé têm, através do trabalho diário, a produção de sua consciência comunitária, do seu estar no mundo, dos conhecimentos que são, cotidianamente, validados pela experiência. Da interação do trabalho com a natureza, formam-se conhecimentos que são transmitidos e refinados de geração em geração e municiando estas comunidades com capacidade de resistência (Souza, 2017).





Santos *et al.* (2009) afirma que a idealização dos projetos de ocupação, colonização e desenvolvimento da Amazônia não ocorreu de modo a beneficiar as comunidades tradicionais (pequenos agricultores, famílias pobres, ribeirinhos, caboclo, extrativistas e quilombolas, mas para beneficiar os interesses do capital.

Até os anos 1970, a população em Rondônia era majoritariamente composta basicamente por indígenas e remanescentes dos trabalhadores extrativistas da cultura da borracha. A partir de então, se imprimiu uma maior atividade relacionada à mineração de cassiterita e ouro (Batista *et al.* 2016). Ao mesmo tempo, para minimizar as tensões do campo nas regiões sul e sudeste, principalmente, em razão de inúmeras gerações ocupando porções de terra cada vez mais concentrada, o governo federal implementou a partir dos anos 1970, no Estado de Rondônia, vários projetos de colonização e de assentamentos, com o objetivo de fixar no campo estes agricultores.

A colonização na Amazônia é fruto da coerção ideológica que simultaneamente lida com os expropriados e expulsos principalmente da região Sul e com a expansão dos grandes latifundiários (empreendimento agropecuários) incentivados pelo regime militar, os quais não permitiram que a reforma agrária ocorresse no país. Portanto, criaram-se novos conflitos ao tentar resolver um, trata-se do “tempo da fronteira”, ou seja, lugar onde existe um conflito social oriundo de forças antagônicas, as quais, marcam um “lugar de alteridade”, de descoberta do outro e de desencontro de distintas temporalidades históricas, uma vez que cada um dos grupos sociais está situado de maneira diversa no tempo da História (Ferreira, 2011, p. 137).

A partir de então, a população proveniente deste novo *input* populacional possibilitou uma completa mudança no modo de produção rondoniense, que passou de uma economia exclusivamente extrativista, para agropecuária, o que acelerou o processo de desmatamento ao longo das décadas seguintes. Conforme a Frente Pioneira se expandiu em Rondônia, ela criou as condições para a reprodução ampliada do capital, ao transformar a terra em mercadoria, não levando em conta os interesses das comunidades tradicionais, mas dos empreendedores capitalistas (Martins *apud* Ferreira, 2011).

Para Nunes (1996), três foram as políticas que intensificaram a problemática ambiental em Rondônia: A criação e posterior pavimentação da BR-364, que se tornou a principal via de circulação do território; a segunda foi a criação do Estado de Rondônia, o que permitiu uma





maior autonomia na criação de instituições sujeitas às pressões políticas mais locais; a terceira foi a implantação do Programa Polonoeste.

Independentemente das intenções originais, pesam sobre o Programa inúmeras críticas sobretudo sobre a incapacidade de gerir eficazmente os recursos financeiros alocados para sua execução bem como os recursos ambientais existentes no território alvo do programa. Ora, a preservação do meio físico e humano eram a maior justificativa do programa. No entanto, não houve vontade política para que os aspectos ambientais fossem mais bem considerados (Nunes, 1996).

Ademais, apesar dos atrasos na infraestrutura básica, como a pavimentação da BR-364, o programa Polonoeste possibilitou um incremento populacional aceleradíssimo nas décadas de 1970 e 1980. Esse crescimento populacional, alicerçado nas grandes somas de capital interno e externo aportados para a ocupação do território de Rondônia, determinaram um padrão de ocupação induzida, mas descontrolada em alguns setores.

No caso do Vale do Guaporé, a região, disposta ao longo de toda a fronteira entre Brasil e Bolívia no Estado de Rondônia, permaneceu isolada, contando com apenas algumas rodovias como acesso.

Um dos marcos mais importantes para as mudanças ocorridas na região guaporeana foi a abertura da BR-429, nos anos 1980. Até então, a região possuía economia de base exclusivamente extrativista e a abertura da rodovia possibilitou um rápido incremento demográfico e uma maior variabilidade econômica. Os característicos seringais e castanhais da região foram, desde então, gradativamente substituídos devido aos projetos rurais que foram se desenvolvendo.

Os projetos de colonização na área consistiam na doação, por parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), na doação de 40 hectares de terra, com os títulos de posse sendo concedidos somente após o completo desmatamento da gleba (FERREIRA, 2011, p. 143).

[...] a capacidade de controle do INCRA, ocasionando a invasão de terras públicas e particulares com fortes conflitos, o que por sua vez, resultou num povoamento induzido não controlado, efeito não previsto e não desejado pelo Estado [...] (Becker *apud* Nunes, 1996, p. 7).



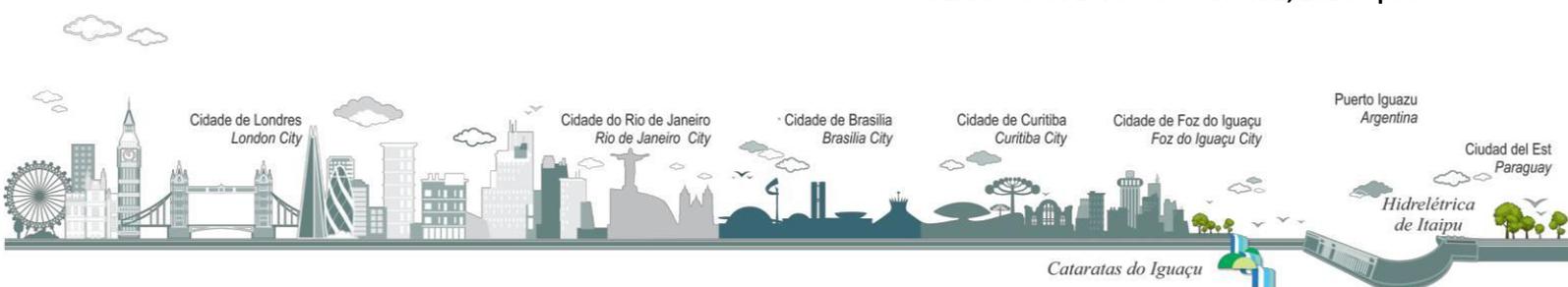


Nunes (1996, p.7) afirma que este caos, contudo, foi planejado. Uma vez que o governo repassa as terras de pior qualidade para os pequenos produtores familiares, deixando-os sem infraestrutura mínima, mantendo-os isolados, ou não lhes dá assistência técnica adequada, era de esperar que as dificuldades, inclusive em nível de subsistência, fizessem com que estes pequenos produtores logo repassassem seus pequenos lotes para os médio e grandes proprietários, acelerando o processo de concentração de terras no estado. Ao privilegiar os grandes proprietários com as melhores terras agricultáveis, com reservas madeireiras e/ou minerais, o governo potencializou conflitos com os indígenas, ribeirinhos e outras populações consideradas tradicionais que ocupavam a região antes da implementação do programa, além das unidades de conservação.

As comunidades tradicionais tiveram seu espaço originário tolhido pela colonização oficial, que almejou num primeiro momento beneficiar a agricultura familiar, mas que num segundo momento, a própria organização familiar foi cedendo espaço para a organização capitalista do território.

O Estado é constituído por diferentes grupos sociais com interesses e objetivos divergentes, para garantir sua hegemonia e projetos, por isso a noção de embates na fase de elaboração das políticas públicas. Ao mesmo tempo em que contribui para a produção das desigualdades sociais e do processo de exclusão, ele gera demanda por informações que possibilitem a elaboração de políticas públicas que combatam tais processos. (ROSSI apud MACHADO, 2019, p. 36).

Dessa forma, o Estado, através de suas políticas públicas, favorece determinados setores da sociedade, alterando todo o processo de ocupação territorial e dinamizando os fluxos diversos de investimentos. No caso de Rondônia, essas políticas públicas foram determinantes para a ocupação do território por um modo de produção divergente daquele existente e praticado pelas comunidades tradicionais; após, criando mecanismos de fomento, de assistência técnica, de incapacidade para que haja resultados práticos da fiscalização para aqueles que desrespeitam a legislação ambiental, a legislação tributária, a legislação trabalhista, a legislação fundiária, entre outros. Assim, por ação ou inação, o projeto do Estado é claro e tem como consequência convenientemente ignorada o desrespeito a comunidades que ocupavam a região em tempos pretéritos.





Sob a égide da ideologia desenvolvimentista e capitalista, obras como as inúmeras hidrelétricas, de diversas dimensões, desde as PCHs, comuns na Bacia do Guaporé, às usinas do Rio Madeira; bem como o onipresente financiamento do agronegócio, sobretudo para a sojicultura, institucionalizado pelo poder público, determinam as mudanças mais recentes no uso e cobertura do solo, afetando as comunidades tradicionais e colocando-as em “rota de colisão” com os setores economicamente dominantes.

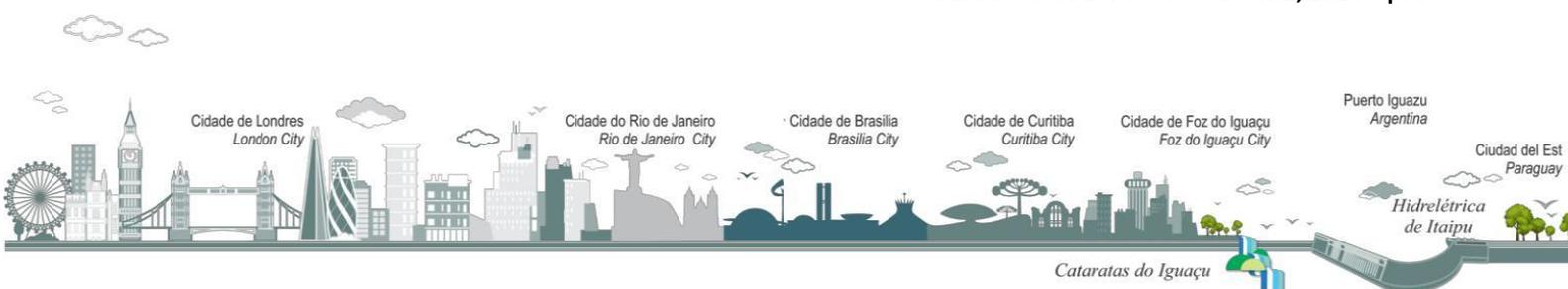
Parte da população da bacia do Guaporé é constituída por caboclos ribeirinhos, descendentes dos trabalhadores que chegaram ao território durante o ciclo da borracha; os quilombolas são ancestralmente ligados aos projetos de ocupação colonial da região por portugueses e espanhóis; indígenas de diversas etnias; bolivianos da fronteira. Até a década de 1970, a economia extrativista do Estado de Rondônia era baseada em apenas quatro produtos: borracha, castanha, ouro e cassiterita. A partir dos anos 1980, principalmente com a abertura da BR-429, a economia passa de uma base de extrativismo florestal e fluvial para uma base agropecuária e agroindustrial, com o território sendo convertido dos extensos castanhais e seringais para o modelo de agropecuária comercial (Silva, 2012).

As comunidades quilombolas são oficialmente definidas como:

[...] grupos étnico-raciais com trajetórias históricas próprias que se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e as práticas culturais próprias. A presunção de ancestralidade negra nessas comunidades relaciona-se com a resistência à opressão histórica sofrida.” (Rondônia, 2019, p. 315).

A capacidade do modo de vida dessas comunidades se manifesta, inclusive na forma com que as trocas são realizadas dentro das comunidades. Enquanto no capitalismo predomina a forma-mercadoria, na qual as relações das pessoas duram apenas enquanto a transação comercial está ocorrendo, nessas comunidades predomina tradicionalmente a forma-dávica, em que os vínculos criados entre as pessoas são permanentes ou duradouros, repartindo os frutos do trabalho (pesca, roça e criações de animais) visando aumentar a coesão social através da reciprocidade (Souza, 2017).

Há inúmeros conflitos envolvendo as comunidades quilombolas na bacia do Rio Guaporé em Rondônia: Na comunidade de Santo Antônio, o conflito se deu com a instalação



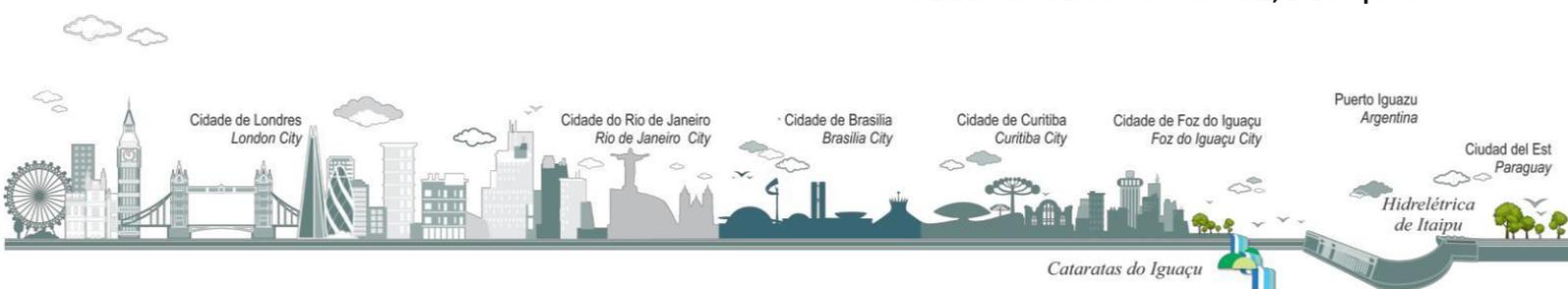


da Reserva Biológica do Guaporé, constituída nos anos 1980 em área abrangendo a comunidade; na comunidade Santa Fé, instalou-se conflitos com latifundiários da região; em Pedras Negras, se instalou conflitos no interior da comunidade em razão de tentativas de viabilizar uma posada ecológica e projetos de pesca esportiva na região por parte de ONGs; a Comunidade Forte Príncipe da Beira está envolvida em disputa fundiária com o Exército Brasileiro, que pressiona a comunidade à título de defesa ambiental; a comunidade de Jesus, teve sua área territorial drasticamente reduzida em razão da ocupação de latifundiários, com exploração ilegal de madeira, criando divisões do grupo (Souza, 2022). Todos estes conflitos tendem, ao longo do tempo, a reduzir o tamanho dessas comunidades ao fazerem os indivíduos buscarem alternativas de vida em outros lugares.

Evidentemente, embora haja a resistência dos modos de vida dessas populações, a interação, mesmo que conflituosa, com o mundo capitalista apresenta inúmeras perspectivas e expectativas. É evidente que muitos indivíduos dessas comunidades desejam participar da sociedade capitalista em razão da possibilidade de obter uma renda que permita a participação mínima. Assim, muitos trabalham para os próprios latifundiários que desalojaram seus parentes ou tornam-se pilotos de barcos para atender aos turistas que colocam em risco a disponibilidade de pesca.

Apesar disso, Souza (2022, p. 16) nos lembra que há um ecologismo nessas comunidades. Se não devido a “uma reverência sagrada”, pelo menos devido à consciência de que, relativamente afastados e isolados do restante da sociedade (capitalista), é manifestado um “interesse material pelo meio ambiente como fonte de condição pela subsistência”. Teixeira (2008) em pesquisa sobre a Comunidade Quilombola de Jesus, traça considerações importantes, que acreditamos serem aplicáveis em praticamente todos os casos de comunidades quilombolas em Rondônia.

A luta pela definição de seu território, além de sua insistência em manterem-se na sua especificidade sócio-cultural, reflete a concepção de que a etnicidade não se manifesta no isolamento mas na intensificação das interações características do mundo moderno, que neste caso trazem em si a expropriação de seus territórios originais a partir da entrada de um “outro” identificável e diferenciável do grupo residente que torna salientes as identidades étnicas da comunidade negra de Jesus. (Teixeira, 2008, p.6)





Em sua percepção, o grupo se diferencia dos demais ocupantes da área em razão de sua tradição e do seu vínculo com a terra. Principalmente devido à forma com que ocorreu a perda de suas terras, qual seja, com o intenso desmatamento perpetrado por pequenos colonos desejosos de mudarem de vida, mas sem qualquer ligação com a floresta, se encontrando em ambiente completamente diverso ao que estavam acostumados e vendo-se na condição de terem que se desfazer do lote em favor de grandes fazendeiros com maiores recursos econômicos e técnicos, mas com ainda menos ligação com a terra e a floresta (Teixeira, 2008).

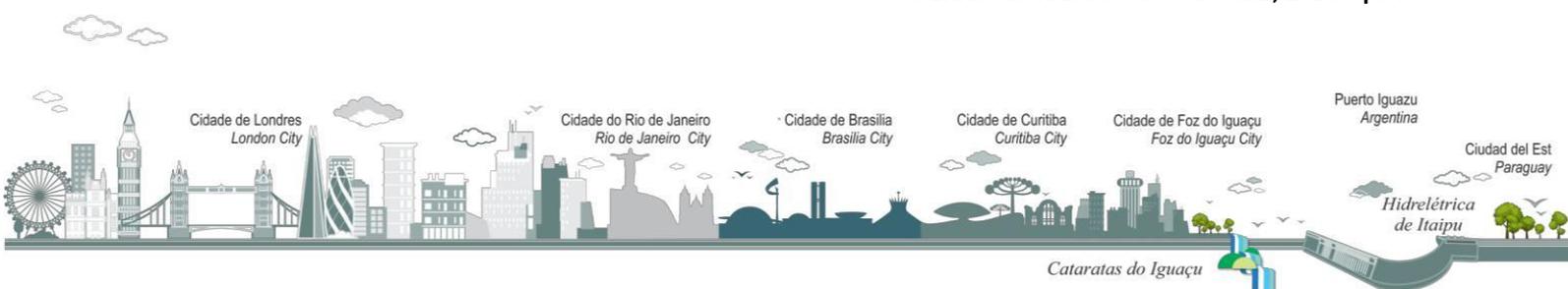
Historicamente, o Estado brasileiro pouco se empenhou em entender as diversidades culturais das comunidades tradicionais que detinham a posse de determinadas áreas, não havendo qualquer esforço institucional, ao longo do processo de colonização, para garantir os direitos de população tão diversa.

Ao expandir suas fronteiras para áreas limítrofes da esfera socioeconômica, o Estado Nacional impõe, de forma hegemônica, suas formas de territorialidade, que nem sempre correspondem àquelas vivenciadas por estas populações tradicionais. (Teixeira, 2008, p. 10).

As comunidades tradicionais, sejam indígenas, quilombolas, ribeirinhos ou qualquer outra, são fundamentais para demarcar uma delimitação de um mundo mais sustentável com o modo de produção predominante, onde a atenção com o meio ambiente fica em segundo plano. Todavia, fica claro que sem políticas públicas que disciplinem eficazmente a ocupação do território, bem como possibilitem a satisfação dos legítimos anseios dessas comunidades, o modo de produção predominante pode se tornar o único.

METODOLOGIA

O presente artigo, trata-se de uma pesquisa exploratória, desenvolvido após ampla pesquisa bibliográfica e sua revisão sistemática, tendo como objetivo a elucidação de alguns aspectos relacionados às políticas públicas e as comunidades tradicionais, nomeadamente os sete (07) remanescentes de quilombos inseridos na Bacia Hidrográfica do Rio Guaporé, a





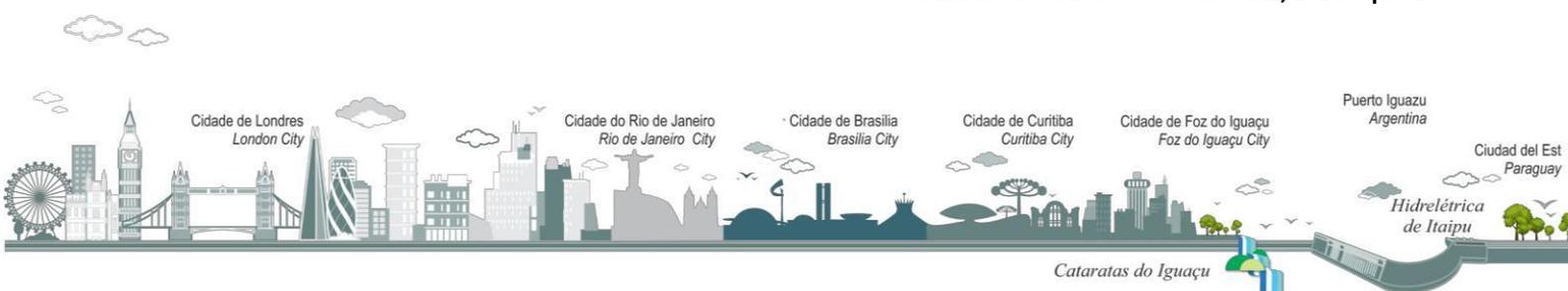
saber: Laranjeiras, Rolim de Moura do Guaporé, Tarumã, Pedras Negras, Santo Antônio do Guaporé, Santa Fé e Forte Príncipe da Beira.

Dentre os aspectos abordados estão: as relações destas comunidades com o meio ambiente, e com os rios de maneira especial, tanto na perspectiva histórica, quanto na cultural, uma vez que as populações quilombolas existentes, em geral, ainda possuem no rio, seu elemento simbólico e seu meio de vida principal; Como se deu o processo de colonização do Estado de Rondônia, com enfoque nas regiões inseridas na Bacia Hidrográfica do Rio Guaporé e como esta colonização pode ter afetado os modos de vida das comunidades tradicionais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os remanescentes quilombolas, cuja ocupação no Vale do Rio Guaporé remonta, em alguns casos, ao século XVIII, sofrem nas últimas décadas com a disputa com o agronegócio. Essa disputa se inicia com a colonização oficial da região que desconsiderou a posse de algumas comunidades, como as Comunidades Jesus, cuja área original foi quase integralmente perdida para grandes fazendeiros; enquanto na comunidade Príncipe da Beira, a disputa é com o próprio Exército Brasileiro.

Esse processo de expropriação foi explicitamente exposto com o que ocorreu em 2017, quando a Assembleia Legislativa e o Governo revogaram o art. 230 da Constituição estadual, que assegurava a preservação de uma faixa de 5 quilômetros da margem direita do rio Guaporé. Essa faixa, que é área de pantanal (Santos; Mota, 2017), é condição essencial para manutenção do modo de vida das populações tradicionais, assim como a para conservação de uma importante área de recarga da bacia hidrográfica. Percebe-se, pelos discursos elencados nos estudos, que há uma certa intolerância por parte da sociedade capitalista que culminou em políticas públicas equivocadas. Seja substituindo os seringais e castanhais ancestrais por culturas mais rentáveis do ponto de vista econômico, mas que são de sustentabilidade ambiental questionável; seja não reconhecendo a posse da área em tempo hábil para garantir direitos; ou direcionando as piores terras para os pequenos agricultores e comunidades tradicionais.





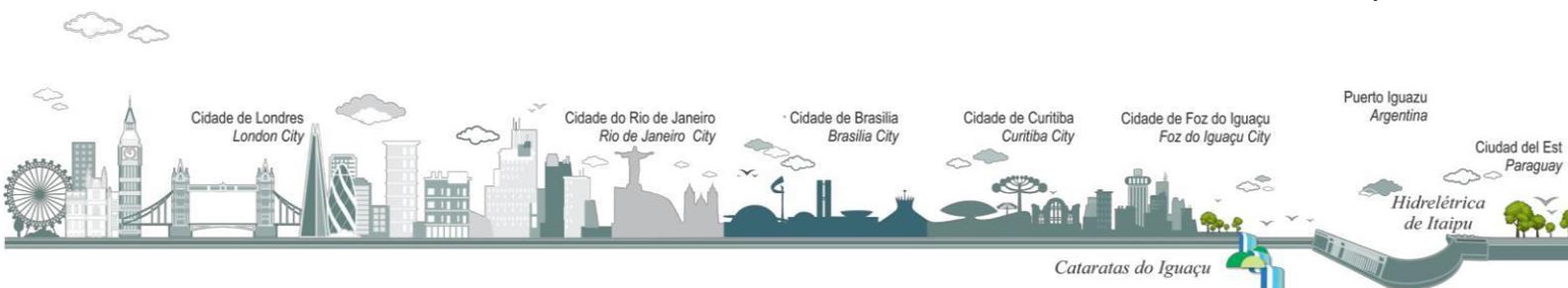
Ainda assim, essas comunidades demonstram capacidade de proteger seu modo de vida, seja por convicção, na certeza de que é a única maneira de se manterem autônomos e evitarem, tal como aconteceu com muitos quilombolas, que se tornem força de trabalho daqueles que hoje ocupam a terra que antes lhes pertenciam; seja por inércia, pois, como a maioria das comunidades está em áreas protegidas e/ou de difícil acesso, as pressões externas, seja do agronegócio, seja das políticas públicas, que tendem a chegar de maneira letárgica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comunidades tradicionais sofrem, historicamente, com a desvalorização de sua cultura e de seu modo de vida, aliado à perda de seus territórios. Os recursos hídricos, para essas comunidades, de importância crucial para a manutenção de cultura, uma vez que quase todas as suas atividades estão ligadas aos rios, pesca, navegação, festas religiosas, entre outras. Com o recuo da floresta frente aos avanços das lavouras de soja e pastagens, os ciclos naturais que permitiam a subsistência dessas comunidades sofrem alterações. Os diversos interesses econômicos ligados ao agro e ao turismo se sobrepõem aos interesses dessas populações nas relações de poder.

Historicamente e tradicionalmente, as comunidades estabeleceram um vínculo único com o meio ambiente, enxergando no ecossistema e, em especial, nos rios, a fonte da própria existência, não apenas física e biológica, mas social, cultural, afetiva, econômica, espiritual.

Os projetos de colonização do Estado de Rondônia como um todo, não levaram em conta as especificidades culturais de quem ali vivia, sobretudo, por uma opção política. Como resultado, tem-se um duplo efeito negativo de caráter permanente. O primeiro, diz respeito à perda dos territórios, da cultura tradicional e dos meios de subsistência de comunidades que habitavam a região há séculos. O segundo efeito é a degradação ambiental cada vez mais intensa e de difícil reversão, assim, urge políticas que possibilitem a preservação do que resta de seus territórios; bem como de manter a capacidade do ecossistema permanecer em equilíbrio, nestes territórios; e de manter os meios de subsistência dessas comunidades, ao





mesmo tempo em que se atende aos compreensíveis anseios pelas comodidades da vida moderna.

AGRADECIMENTOS: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, agradeço também ao Programa de Mestrado Profissional em Rede Nacional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos - ProfÁgua, Projeto CAPES/ANA AUXPE Nº. 2717/2015, pelo apoio técnico científico aportado até o momento. À iniciativa Amazônia+10/Chamada 2022.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANA – Agência Nacional de Águas. **Catálogo de Metadados da ANA**. Disponível em: <https://metadados.snirh.gov.br/geonetwork/srv/por/catalog.search#/home>. Acesso em 23 de janeiro de 2023.

BATISTA, J. F.; MURATORI, A. M.; PENHA, M. R. Novo Cenário no Vale do Guaporé: Uma leitura Geográfica sobre os impulsos econômicos da pecuária e sua influência na paisagem. **Confins**, nº29, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.11608>. Acesso em 23 de janeiro de 2023.

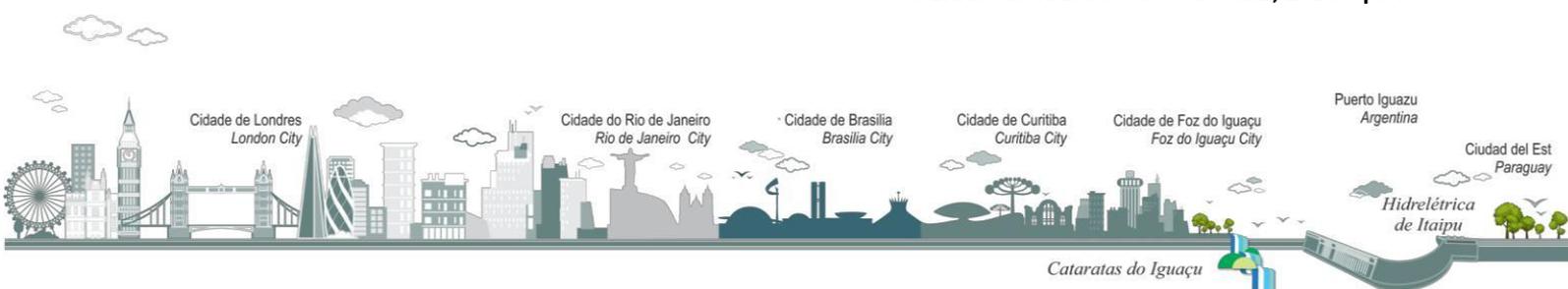
COTA, T. S.; CARMELLO, N. D. A.; SCCOTI, M. S. V. Caracterização ambiental e socioeconômica da bacia hidrográfica do Rio Branco e Colorado, Rondônia, Brasil. **Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais**, v.12, n.1, p.506-519, 2021. Disponível em: <http://doi.org/10.6008/CBPC2179-6858.2021.001.0041>. Acesso em: 01 de abril de 2023.

DIAS, R. H. S. **Análise do uso e ocupação do solo e do comportamento da Bacia Hidrográfica do Rio Machado em Eventos Hidrológicos Extremos**. Dissertação (mestrado em Geografia) – Núcleo de Ciências Exatas e da Terra, Departamento de Geografia da universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, p. 136, 2015.

FERREIRA, G. H. C. A Colonização em Rondônia: Lutas e Perspectivas da agricultura camponesa. **Linguagem Acadêmica**, Batatais, v. 1, n. 1, p. 135-156, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://web-api-claretiano-edu-br.s3.amazonaws.com>. Acesso em: 01 de abril de 2023.

MACHADO, D. T. **A Expansão da Fronteira Agrícola no Vale do Guaporé (Rondônia)**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal De Rondônia (UNIR), Porto Velho, 113 p. 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7812363. Acesso 15 de abril de 2023.

MOURA, V; SILVA, P. J. C; ROSELL, E. C. F.; ALVES, W. W. A. Análise Multitemporal do uso e ocupação do solo em áreas de preservação permanente (APP) na Bacia do Rio Piranha, São Miguel do Guaporé, Rondônia (RO), Brasil. **Revista Geográfica Venezuelana**, vol. 58, núm. 2, pp. 414-429, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/3477/347753793010/html/index.html>. Acesso em 14 de junho de 2023.





NUNES, D. D. Rondônia: Ocupação e Ambiente. **Revista Presença**. UNIR. Porto Velho. Disponível em: <http://www.revistapresenca.unir.br/boletim-presen%C3%A7a/07dorivalderdiasnunesrondoniaocupacaoeambiente.pdf>. Acesso em 13 de junho de 2023.

PELLEGRINI, A. **Índices de Desempenho Ambiental e Comportamento Hidrossedimentológico em Duas Bacias Hidrográficas Rurais**. Tese. Programa de Pós-graduação em Ciência do Solo. Universidade Federal de Santa Maria. 109 p. 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/3349/PELLEGRINI%20ANDRE.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 13 de junho de 2023.

RONDÔNIA. **Relatório final (RF) para a elaboração do plano estadual de recursos hídricos do estado de Rondônia**. 579 p. 2019. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/wp-content/uploads/2019/02/RELATORIO-FINAL.pdf>. Acesso em 15 de junho de 2023.

RONDÔNIA. **Zoneamento socioeconômico-ecológico do estado de Rondônia**. 60 p. 2010. Disponível em: http://www.amazonia.cnptia.embrapa.br/publicacoes_estados/Rondonia/ZEE_Rondonia.pdf. Acesso em 15 de junho de 2023.

SANTOS, A. G. dos; ALMEIDA, M. G. de. **Entre Mundos: As Espacialidades nas e das Comunidades Ribeirinhas do Vale do Guaporé (Rondônia – BR)**. XII Encontro de Geógrafos de América Latina. Montevideu. 2009. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiadelapoblacion/18.pdf>. Acesso em 15 de junho de 2023.

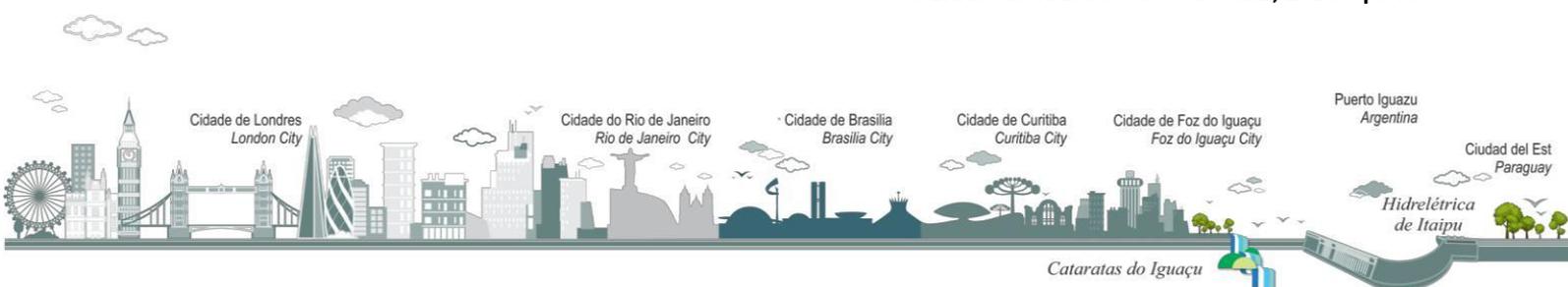
SANTOS, A. M.; MOTA, V. C. Análise espacial dos usos e da cobertura da terra no pantanal dos rios Guaporé e Mamoré/Rondônia. **R. bras. Geom.**, Curitiba, v. 5, n. 3, p. 433-452, jul/set. 2017.

SILVA, A. G. dos S. Vale do Guaporé: Território das Espacialidades das Culturas Desviantes. **Revista Labirinto** – Ano XII, nº 16 – junho de 2012. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/LABIRINTO/article/view/976/1000>. Acesso em 15 de junho de 2023.

SOUZA, W. K do A. **Trabalho-Educação, Economia e Cultura: Os Povos e Comunidades Tradicionais do Vale do Guaporé e seus Processos de Produção de Vida**. VIII Simpósio Reforma Agrária e Questões Rurais. 2018. Disponível em: https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2018/8B/9_William_Souza.pdf. Acesso em: 17 de junho de 2023.

SOUZA, W. K do A. Trabalho-Educação, Economia e Cultura em Povos e Comunidades Tradicionais: A (Re)Afirmação de Modos de Vida Como Formas de Resistência. **Trabalho Necessário**, v. 20, n. 41. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i41.52619>. Acesso em: 17 de junho de 2023.

SOUZA, W. K. do A.; VILLELA, B. P. **Economia e cultura no Vale do Guaporé: os processos de reprodução da vida de ribeirinhos-quilombolas**. 2017. Disponível em: https://www.easyplanners.net/alas2017/opc/tl/7505_william_kennedy_do_amaral_souza.pdf Acesso em 16 de junho de 2023.



International Journal of Environmental Resilience Research and Science (IJERRS)



Revista Internacional Resiliência Ambiental Pesquisa e Ciência Sociedade 5.0 Resiliência Ambiental
ISSN 2675-3456

TEIXEIRA, M. A. D. Quilombo de Jesus. Vale do Rio São Miguel/Rondônia. Aspectos da Ocupação Territorial. **Saber Científico**. 1(1), Porto Velho, p. 1 – 26, jan./jun., 2008. Disponível em: <http://periodicos.saolucas.edu.br/index.php/resc/article/download/1091/959/> . Acesso em 16 de junho de 2023.

